

ATA N.º 5/2023

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE ALVAIÁZERE, REALIZADA EM 27 DE OUTUBRO DE 2023**

[Handwritten signatures in blue ink]

-----Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, nesta vila de Alvaiázere, no Auditório Fernando Lopes da Casa Municipal da Cultura, pelas dezoito horas, reuniu-se extraordinariamente a Assembleia Municipal, tendo comparecido os Senhores Membros eleitos: Carlos Manuel Rosa da Graça (Partido Social Democrata), Ana Paula Alves Ferreira (Partido Socialista), Sandrina Marques Pais Pedrosa (Partido Social Democrata), Alberto Gonçalves (Partido Socialista), Maria de Fátima Silva Lopes da Conceição (Movimento Vamos Alvaiázere), António Simões Ribeiro (Partido Social Democrata), Fernando Mendes António (Partido Socialista), Fábio Manuel Pachon David (Partido Social Democrata), Maria Fernanda Ferreira Tiago Gomes (Partido Social Democrata), Fernanda Freire Simões Alves (Partido Socialista), Vítor Manuel Rodrigues Simões de Sousa (Partido Social Democrata), José de Freitas Simões (Partido Socialista), José Nunes Rosa (Partido Social Democrata), Armindo Miguel Conceição Gonçalves (Partido Socialista), e, ainda, os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Almoster, David Marques do Carmo (Partido Social Democrata), Alvaiázere, Vítor Manuel de Barros Joaquim (Partido Social Democrata), Maçãs de D. Maria, Eduardo Laranjeira Carvalho (Partido Social Democrata) Pelmá, Edgar Filipe Simões Duarte (Pelmá Mais e Melhor). -

-----Não compareceu a esta sessão da Assembleia Municipal a Senhora Deputada Susana Alexandra Teixeira Rosa (Partido Socialista), tendo apresentado justificação ao abrigo do número 2 do artigo 12.º do Regimento da Assembleia Municipal (RAM), e solicitado substituição de acordo com o artigo 17.º do RAM, conjugado com os artigos 78.º e 79.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação e indicado o Senhor Fernando Mendes António para o efeito. A justificação foi aceite pela Mesa. -----

-----Não compareceram a esta sessão da Assembleia Municipal, também a Senhora Deputada Leandra Marina Martins Garcez (Movimento Vamos Alvaiázere) e o Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Pussos São Pedro, Paulo Sá Oliveira (Partido Socialista), tendo ambos apresentado justificação ao abrigo do número 2 do artigo 12.º do Regimento da Assembleia Municipal (RAM). -----

-----Todas as substituições foram atendidas em face do legalmente estipulado e vertido no Regimento em vigor. -----

-----Do Executivo Municipal estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal João Paulo Carvalho Guerreiro e os Senhores Vereadores Flávio Gabriel da Silva Craveiro, Ana Catarina Vaz Pinheiro de Furtado Faria, Carlos José Dinis Simões e Abílio Miguel Marques Carvalho. -----



-----O Senhor Presidente da Mesa procedeu à abertura da sessão, começando por cumprimentar todos os presentes, passando a palavra à Senhora Primeira Secretária que cumprimentou os Senhores Deputados e efetuou a chamada.-----

-----O Senhor Presidente da Mesa, em seguida, deu início à ordem de trabalhos.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA.-----

Ponto 1 - Contributos para a Agenda Estratégica Alvaiázere 2035-----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa, começou por ler um pequeno texto para introduzir o tema em questão e cujo teor se transcreve:-----

"A Agenda Estratégica Alvaiázere 2035 tem como entidade responsável a Câmara Municipal de Alvaiázere. O objetivo é elaborar um plano de ação para um período de longo prazo e corresponde às necessidades e à visão de futuro dos jovens alvaiazerenses e da comunidade em geral, e que se assuma como um manual de objetivos a médio longo prazo para um concelho mais atrativo, mais inclusivo, mais desenvolvido, mais compatível com a defesa do meio ambiente e da biodiversidade e mais capaz de enfrentar os desafios do futuro. Metodologia, qual foi a metodologia que foi seguida? Optou a entidade - Câmara Municipal de Alvaiázere - de utilizar como método principal a auscultação direta dos cidadãos através de inquéritos online, reuniões em todas as sedes de freguesia e envio por correio para casa de uma ficha/inquérito e de um convite expresso para participação. Posteriormente foram feitas sessões com entidades coletivas ligadas às diferentes áreas setoriais, saúde, educação, IPSS, empresários, associativismo, desporto, etc. Chegou agora o momento de ouvir, em termos institucionais, o conjunto dos Deputados eleitos para a Assembleia Municipal. Cada um pode, e deve, dar o seu contributo em sessão, agora convocada, para exprimir o que pensa e como deve ser encarado o nosso futuro coletivo. E não era obrigatório, que tal se fizesse uma vez que a opção inicial, e que foi seguida, privilegiou a audição pública e anónima de todos aqueles que entenderam dar o seu contributo voluntário, mas entendeu-se que, por deferência e sentido de solidariedade institucional, fazia todo o sentido o contributo dos Membros da Assembleia Municipal e, numa reunião marcada com esse objetivo, temática. Deste modo, propomos uma auscultação livre e democrática, atribuindo um tempo de 5 minutos a cada Deputado que deseje intervir neste debate. Temos entre nós o Professor Custódio Oliveira, que lidera a equipa responsável pela compilação das ideias e pela apresentação final do relatório da Agenda Estratégica 2035, acedendo a convite do Senhor Presidente da Câmara, vem assessorando o executivo nesta tarefa."-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Mesa agradeceu antecipadamente a presença do Professor Custódio Oliveira, dizendo que estava certo que os seus conhecimentos e a sua experiência profissional, em planeamento estratégico, iriam ajudar a "esclarecer dúvidas, entender objetivos e organizar conceitos e linhas de rumo para um objetivo final proposto pelo executivo, mas que se vai aplicar à vida e ao futuro da nossa sociedade como um todo." Desejou uma boa participação aos Senhores Deputados, solicitando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que fizesse uma breve introdução e, após o qual, abriria inscrições para os Senhores Deputados que quisessem pronunciar-se sobre este Tema.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, os Senhores Deputados Municipais, os colegas do Executivo, os funcionários do Município, o Professor Custódio de Oliveira e os restantes alvaiazerenses presentes. Prosseguiu explicando que, no início do presente ano, tinham optado por seguir aquele caminho, pois tinham sentido que era importante definirem e pensarem em conjunto o que se pretendia para o futuro de Alvaiázere. Em termos estratégicos, pretende-se resolver, não tanto as "coisas do dia-a-dia", mas ter em linha um caminho, um farol que deveriam seguir. Para o efeito, tinham a ajuda do Professor Custódio Oliveira que tinha muita experiência nestas matérias e que o fazia, há muitos anos em vários municípios, para compilar os contributos angariados para, posteriormente, elaborar um documento que se pretendia orientador, robusto, mas não estático, de forma a fornecer orientações. Inicialmente começaram com visitas, sessões abertas em todas as freguesias, com vários focos, grupos temáticos nas mais variadas áreas desde a educação, proteção civil, às empresas, instituições, IPSS. Estão quase a chegar ao fim e, não podendo ser de outra maneira, pretendiam recolher contributos do Senhores Deputados desta Assembleia. O Senhor Presidente da Câmara explicou ainda que denominaram de Agenda Estratégica 2035, pois era a data que vários organismos internacionais trabalhavam, tais como a UNESCO e a ONU, e, por outro lado, pensar Alvaiázere para *"aqueles que vêm a seguir, para nós quando formos mais velhos, para os nossos filhos"*. Nesse sentido iriam debater qual o melhor caminho a seguir, quais os objetivos que entendiam como mais importantes e que devessem ser os pilares fundamentais das suas políticas. Para concluir disse que aquela seria a última sessão de participação presencial, mas quem quisesse contribuir posteriormente, poderia fazê-lo *online*, ou por e-mail, durante os quinze dias seguintes, e que no final do ano, ou no início do próximo iriam fazer uma sessão pública para apresentação do documento. -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara e convidou o Senhor Professor Custódio de Oliveira para proferir umas palavras de forma a enquadrar melhor aquilo que se pretendia aos Senhores Deputados. -----

-----O Professor Custódio de Oliveira, no uso da palavra, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados e deu início à sua apresentação referindo que o essencial estava dito, mas que iria rapidamente dar duas ou três notas complementares em termos de enquadramento do tema: *"Nos sistemas políticos democráticos, nós todos temos consciência (penso eu) de que há um desinteresse generalizado dos cidadãos pela política, isso é no nosso país, mas podemos dizer que é na Europa toda. E, portanto, há que encontrar mecanismos, há que encontrar soluções de aproximação dos cidadãos à ação política. Um deles é a governança. Na Europa, vários países estão muito avançados neste modelo de governar os territórios (no nosso país, um pouco menos) mas, a governança é o Governo com a participação das diversas instituições do território e com a participação, sempre que possível, dos cidadãos. Depois, por outro lado, as estratégias participativas e colaborativas também são uma forma de envolver os cidadãos, como é óbvio. Dizer também, que as últimas estratégias, as últimas teorias estratégicas no mundo (e de vez em quando lá sai uma nova teoria*



estratégica) apontam sempre no sentido de que, se a sociedade em si é competitiva, também é preciso que seja cada vez mais colaborativa, que seja cada vez mais participativa. Até há uma palavra que é a "coopetição", a "coopetição" é a cooperação junto com a competição, com a competitividade. Também verificamos, por toda a Europa, independentemente dos governos e das ideologias dominantes, nota-se cada vez mais uma preocupação por políticas humanistas, de reforço dos valores éticos e assentes na autenticidade como principal variável. Ora, estes pressupostos, levam a pensar-se numa agenda, que se pense numa metodologia participativa. E a Câmara de Alvalázere, o Senhor Presidente da Câmara, penso que viram muito bem, e aceitaram bem, essa ideia de todos poderem participar na agenda. E realmente ao ser mandado para a casa das pessoas, ser mandado um inquérito em formato de papel, ao colocar-se no site da do município a hipótese de responderem online, nós estávamos a dar a oportunidade a todos de participar. Mas além disso, também se fez reuniões em todas as freguesias, reuniões abertas a todos aqueles que quisessem participar. E, além disso, como explicou o Senhor Presidente, fizeram-se várias reuniões temáticas de focos grupo. Esta questão das agendas, digamos que é recomendada pelas diversas organizações internacionais - elas próprias fizeram as agendas. Dizer também para termos a noção que a agenda é mais aberta e mais flexível que os tradicionais planos estratégicos, portanto, são documentos mais abertos, mais adaptáveis, mais flexíveis. Dizer também que a Comissão Europeia tem vindo a insistir que as organizações territoriais, os poderes locais e regionais na Europa, elaborem todos as suas agendas, isto é uma recomendação, digamos, da União Europeia. Dizer também que Portugal, o nosso país também tem a sua própria agenda estratégica que no caso de Portugal é até 2030, com o lema do desenvolvimento sustentado. A agenda está publicada, encontra-se na Internet, é confortável e é um excelente documento, embora seja um documento blindado, um documento fechado, um documento muito técnico e feito por técnicos, percebe-se, quem consultar esse documento, percebe logo essa realidade. Hoje, nós já temos à volta de cem páginas de ideias, de sugestões, de críticas, de problemas pequenos que não são estratégicos, mas são problemas importantes para a vida das pessoas, de problemas pequenos à espera de resposta, porque as pessoas muitas vezes não adiantaram ideias estratégicas, mas deram pequenas sugestões para problemas que as preocupam. E realmente falta apenas, a meu ver, a Assembleia Municipal. E é isto. Muito obrigado."-----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Professor Custódio de Oliveira e, de seguida, colocou este ponto a discussão, explicando que a Mesa concedia cinco minutos a cada Deputado para poder intervir. Inscreveram-se os Senhores Deputados Fábio Manuel Pachon David, Alberto Gonçalves e Ana Paula Alves Ferreira, tendo sido concedida a palavra por ordem de inscrição.-----

-----O Senhor Deputado Fábio Manuel Pachon David, no uso da palavra, cumprimentou o Senhor Presidente e restante Mesa, os Senhores Membros do Executivo, restantes Deputados e demais munícipes. O Senhor Deputado iniciou a sua intervenção dizendo que era um desafio grande, o que o Senhor Presidente da Câmara Municipal lhes pedia, e que iria tentar resumir, em cinco

minutos, várias horas e longas semanas de trabalho que acabou por desenvolver: um documento com quase noventa páginas, que iria, posteriormente, fazer chegar ao Executivo. Começou por explicar que o documento nas suas primeiras páginas incluía um estudo bastante detalhado e aprofundado daquilo que eram os indicadores do Concelho, abordando temas como a demografia, habitação, economia, turismo, agricultura, educação, saúde e ambiente, de forma a conseguirem fazer recomendações minimamente objetivas com base no que era o Concelho de Alvaiázere. Prosseguiu dizendo que: *"No total, são 32 propostas que são apresentadas. Creio que um bocadinho mais estruturais, do que propriamente mais micro, que acabei por segregar em cinco vertentes diferentes: primeiro a economia, património, no centro obviamente de toda a questão as pessoas, e depois então a educação e o ambiente. Começando pela economia, o que nós defendemos no documento, ou o que defendo no documento, é que nós efetivamente temos de, este é por isso o primeiro pilar, efetivamente aquilo que deve ser o foco prioritário e base de desenvolvimento em Alvaiázere, costumo defender muito, e dizer em conversas mais privadas, que devemos tentar gerir as autarquias, assim como se gere um país, portanto, obviamente, gerando riqueza no nosso concelho e podendo exportá-lo, não apenas para outros países, obviamente, mas para outros concelhos (sejam mais próximos ou mais distantes). Assim, efetivamente, nós conseguimos atrair investimento externo, conseguimos atrair capital externo e assim, obviamente, gerar emprego, riqueza, dinamismo: alavancar verdadeiramente a economia. Costumo também dizer, obviamente, que não conseguimos verdadeiramente, de forma estrutural, de mudar Alvaiázere, se quisermos assim, ou promover o desenvolvimento e de Alvaiázere através da criação por um exemplo de um restaurante, de um café (obviamente de salutar). E porquê? Porque isso é dinheiro, vamos dizer assim, de forma mais simples, é dinheiro que já cá está, aquilo que vai acontecer realmente é que os Alvaiazerenses, em vez de gastarem o seu dinheiro em seis ou sete restaurantes vão gastar em 8 ou 9. Aquilo que nós precisamos verdadeiramente é de produzir em Alvaiázere, ou seja, quando digo produzir leia-se: não precisa necessariamente de ser algo material, obviamente pode ser conhecimento (portanto, aqui, a parte dos serviços também), é produzir em Alvaiázere valor, riqueza e efetivamente partilhar com o resto dos concelhos, com o resto do país e com o resto do mundo. Portanto, neste pilar temos várias propostas, entre elas (ou as que destacaria, neste caso), é efetivamente aqui robustecer aquilo que é o Gabinete Estratégico da Câmara Municipal. Atualmente, contamos apenas (daquilo que vi) com três membros neste gabinete, sendo que apenas um é técnico superior. Obviamente que, defendendo que este é um pilar basilar de toda a estratégia, é obviamente importante podermos contar com técnicos especializados a tempo inteiro nestas matérias. Depois também, obviamente aqui todo um programa e pacotes de apoio e incentivo a empresas que efetivamente estejam alinhadas com este propósito, ou seja que produzam riqueza em Alvaiázere e que a partilham com outros concelhos. Depois temos, também aqui, algumas outras propostas mais estratégicas para podermos efetivamente usufruir daquilo que são as tendências atuais de mercado, nomeadamente: ao nível de novas tecnologias, a investimento ao nível da rede 5G, outras infraestruturas tecnológicas. Portanto, dotarmos Alvaiázere efetivamente de todas as*



condições para que empresas como por exemplo a Hugo Boss, recentemente em Portugal, estabeleceu um novo centro de apoio ao cliente, que gerou 350 empregos no Norte. Portanto, é este tipo de empresas que eu que eu creio que são importantes e verdadeiramente transformadoras ou que possam vir a ser verdadeiramente transformadoras para o nosso Concelho. Em segundo lugar, temos a questão do património. No património, temos várias propostas também destacando aqui o facto de podermos distinguir-nos e ter aqui uma oferta muito diferenciadora naquilo que é, ou que podem ser, alguns desportos (ou outro tipo de atividades) levados a cabo na nossa Serra de Alvaiázere. Eu acho que nós efetivamente podemos apostar, por exemplo, ao nível daquilo que é o parapente. Outrora, já tivemos associações que exploravam este desporto, tanto quanto nós sabemos, atualmente, não temos as melhores condições para que ele possa efetivamente ser praticado e que possa atrair pessoas e, portanto, também é uma das nossas propostas, quer a nível de parapente, quer a nível de espeleologia. Portanto, efetivamente fazemos aqui uso daquilo que são as características naturais, se quisermos da nossa Serra. Além disso, temos também aqui outras propostas ao nível daquilo que possa ser a criação de uma represa de água. Nós já vimos isso noutras partes do mundo e não podemos ser indiferentes, simplesmente porque de forma mais intensa, ainda não vivemos, que é a falta, por vezes, de recursos naturais, como, por exemplo, a água (períodos de seca prolongada). E, portanto, defende-se no documento que possa ser efetivamente criada aqui um género de uma represa para que de facto temos aqui um depósito de água para este tipo de períodos, para períodos de incêndios (somos constantemente fustigados por incêndios). E obviamente, a par com outra proposta que também se apresenta, que é a elaboração daquilo que é a Carta Ideográfica de todo o nosso Concelho. Em terceiro lugar, as pessoas que, obviamente têm que estar no centro de toda esta ação. São várias as propostas que temos a este nível, de forma resumida: aquilo que se prevê é a modernização total daquilo que são os serviços oferecidos pela nossa Câmara Municipal, a meu ver, e falando como um millennial, acho que podemos ganhar muito em não ter de, sempre que preciso preencher um requerimento, ter que me deslocar à loja do cidadão, etc., quando temos todos os mecanismos já disponíveis para autenticar a minha pessoa e poder submeter qualquer documento que seja oficial, o mesmo se aplica a outro tipo de pagamento de taxas, etc. Portanto, efetivamente tentamos aqui reduzir aquilo que é (passo a expressão) papelada, burocracia, e tentarmos ter processos muito mais ágeis, porque acredito, e penso que está mais do que estudado, que a burocracia acaba por, de facto, fomentar a descrença das pessoas nas nossas Instituições. A par disso, obviamente, temos aqui também algumas propostas, diria até inovadoras, quer em termos de mobilidade, quer em termos de habitação. Em termos de mobilidade, porquê? Acredito que, a par com outra proposta que falava anteriormente da criação de emprego podemos, neste momento, não gerando a um ritmo pretendido, ou desejado, o emprego que criamos podemos vir a usufruir daquilo que é o emprego existente noutras cidades. O que é que me refiro? Por exemplo, alguém que viva em Alvaiázere e que trabalhe habitualmente em Coimbra ou em Tomar ter que se deslocar, quer para um lado, quer para o outro. Portanto, nós também atuamos a esse nível e, portanto, também podemos

apoiar essas pessoas. Ou seja, as pessoas verdadeiramente podem trabalhar nestas cidades e com facilidade, com algum comodismo, podem viver em Alvaiázere e, em vez de demorarem quase uma hora para ir para Coimbra, podem, eventualmente, percorrer todo este trajeto em apenas trinta a quarenta minutos. Além disso, a questão da habitação. Defendemos, por exemplo, a isenção do IMT para jovens, assim como fez a Câmara Municipal de Penafiel recentemente. A questão da possível bonificação, ou incentivo, àquilo que é a reconstrução ou requalificação de casas que estejam em avançado estado de degradação e com uma eventual, por exemplo, majoração, no caso dessas pessoas, posteriormente a esta requalificação, incluírem estes imóveis no mercado de arrendamento em Alvaiázere (que se encontra atualmente saturado). O quarto pilar é a nível de educação. Resumindo algumas propostas que possam ser destacadas, defendo que poderíamos estudar a eventual construção de uma residência estudantil, particularmente para os alunos do Pólo de Alvaiázere da Escola EtpSicó. Como sabemos, a esmagadora maioria é oriunda de outros concelhos, que não o de Alvaiázere e que, obviamente, quando vêm para Alvaiázere estudar têm de ficar cá a viver, e são apoiados a esse nível. Portanto, eu acho que seria algo diferenciador até em relação a outras escolas profissionais. Nós podemos efetivamente conceder condições de habitação para estes jovens por dois motivos: primeiro porque, e quem sabe, é a dificuldade que muitas vezes estes jovens, mesmo querendo cá estudar e viver, têm dificuldade em arranjar próximo da escola, porque a maioria são menores de idade, portanto, não têm carta de condução, não se podem deslocar por veículos próprios e, portanto, é conveniente, obviamente, ter uma morada próxima à escola. Em segundo lugar, obviamente tendo estes estudantes aqui uma outra alternativa, aquela saturação que falava um bocadinho do mercado de arrendamento em Alvaiázere também, deixaria de, ou pelo menos, seria um alívio para esse nível. Por último lugar, e terminando muito rapidamente, a questão do ambiente. Destacaria aqui a questão de uma postura de proatividade da Câmara Municipal, em encontrar e identificar possíveis comunidades de energias renováveis. Parece-me que em Alvaiázere, atualmente, só temos apenas uma CER implementada, ou em vias de ser implementada, e temos muitos outros locais onde efetivamente poderíamos usufruir desta energia renovável e com isso, abastecer as nossas famílias, e como comprovadamente (quem souber do que se fala) sabemos que tem benefícios para todos aqueles quer para as instituições/empresas que acabam por promover a Constituição desta CER, quer para as famílias circundantes. Depois então, também aqui, a criação do Plano Diretor Municipal para a energia, para o clima, a questão de promoção, como já fazem algumas juntas de freguesia, inclusivamente, mas centralizar ao nível da Câmara Municipal a questão, por exemplo, das compostagens, do uso da biomassa, ou seja, há toda uma panóplia de novas formas de energia, vamos assim colocar, renováveis, que efetivamente nós podemos usufruir. Dizer apenas que, cada uma destas medidas que está proposta no contributo que foi apresentado é, obviamente, acompanhada também de possíveis instrumentos ou quadros comunitários, onde se possam enquadrar, ou seja, obviamente que a ideia não é que seja tudo, nem perto, financiado por via do orçamento municipal, portanto, cada uma destas propostas



detalhadamente inclui exatamente o possível objeto de financiamento e, depois também aquilo que possa ser um gradiente de prioridade/impacto de cada uma delas. Obrigado.”. -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Fábio Manuel Pachon David *“apesar do senhor ter ultrapassado o tempo”*, e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Alberto Gonçalves. -----

-----O Senhor Deputado Alberto Gonçalves, no uso da palavra, cumprimentou os presentes e disse: *“Indo aqui ao encontro do que disse o Senhor Deputado Fábio: estamos-nos a esquecer de uma coisa muito importante: nós estamos no distrito de Leiria. Temos a autoestrada do Norte, aqui a poucos quilómetros, temos a linha do Norte a poucos quilómetros, temos a nossa capital de distrito Leiria e não temos acessibilidade. Como é que nós queremos ir buscar pessoas para virem para aqui, investir, virem para aqui trabalhar quando nós demoramos para Leiria quarenta e cinco minutos. Ou então temos que ir dar uma volta de não sei quantos quilómetros é o dobro. Portanto, eu sugeria que no plano fosse incluído a prioridade da acessibilidade à nossa capital de distrito. Que é por lá, que nós estamos locados, não é para Coimbra nem para Tomar, é para Leiria! É para lá e para o litoral, não é para o Norte, nem é para o Sul. Portanto, era só isto que eu queria que fosse tomado a devida nota e fosse incluído no plano. Muito obrigado.”. -----*

-----No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Alberto Gonçalves e concedeu a palavra à Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira.

-----A Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira, no uso da palavra, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, todos os elementos da Mesa, aos membros do Executivo, aos Senhores Deputados e aos demais presentes. A Senhora Deputada disse que iria ser breve relativamente ao assunto da Agenda Estratégica e que tinha tomado, naquela altura, conhecimento mais aprofundado sobre o mesmo. No entanto, tinha uma dúvida que gostava que lhe fosse esclarecida: *“O Senhor Presidente do Município disse que, neste momento, já foram recolhidos milhares de contributos, e acredito que assim tenha sido, aliás, parece-me, alguma desnecessidade ou alguma não pertinência, este assunto vir à Assembleia e porquanto todos os membros da Assembleia são munícipes, todos os Membros tiveram oportunidade de, se assim o entenderam, de dar o seu contributo, e que pode ser pessoal ou pode ser com algum cariz político e, portanto, acho que não haveria necessidade desta Assembleia para este fim. Mas retomando, dizia o Senhor Presidente do Município que, neste momento, já foram recolhidos milhares de contributos e, eu pergunto, qual a metodologia usada para o tratamento destes contributos? Existem grupos de trabalho a trabalhar estes contributos? Existe alguma entidade externa? Percebi hoje que está aqui, o senhor Professor Custódio Oliveira, tive hoje conhecimento e deduzo que seja a entidade responsável (ou coordenará a entidade responsável) pelo tratamento destes dados? Porque efetivamente esta recolha de contributos a ser só uma mera recolha para se conhecer a opinião da população, penso que não trará nada de novo. Importará saber efetivamente como é que esses contributos irão ser tratados. Trazer aqui contributos, penso que não haverá necessidade, pela razão que eu disse. Cada um de nós já teve a oportunidade de o fazer, pessoalmente, dos mais diversos modos. E, por outro lado, também depreendi do que aqui*

foi dito, enfim, não sei se estou correta, que esta agenda, fiquei aqui com alguma dúvida, não sei se a agenda está a ser trabalhada pelo Executivo ou se isso tem alguma vertente mais setorial. Não quero ser muito direta, mas penso que esta agenda não estará a ser trabalhada por todo o executivo. Nessa medida, eu penso que qualquer contributo que nós possamos aqui vir publicamente ou aqui em sede de Assembleia dizer, nada trará de novo. Eu apenas poderei remeter para aquilo que foram as propostas do Partido Socialista aquando da candidatura, do projeto que tinha para o Concelho, que ainda se mantêm atuais, propostas do presente para o presente, eu friso, porque mais do que projetar para 2030, eu penso que é importante intervir hoje, em Alvaiázere, e eu remeto as propostas que nós apresentámos, que também posso remeter ao Senhor Presidente da Assembleia, se assim entender necessário. E penso que nada mais teremos a acrescentar. Posso também aqui frisar alguns pontos que entendemos que sejam primordiais: como sendo a questão da habitação, criar a habitação para polos de fixação, a questão económica, todos esses vetores estão trabalhados nas propostas que apresentámos e, portanto, remeto-me para aí. E só dizer o seguinte, quanto à pertinência ainda desta Assembleia, eu julgo que teria sido muito mais honesto, ao pensar-se convocar esta Assembleia, que o Senhor Presidente da Assembleia, tivesse convocado os representantes dos grupos parlamentares previamente, dar-lhe conhecimento mais pormenorizado do que se pretendia e do ponto da situação, porque se neste momento já foram recolhidos milhares de contributos, o processo já vai em fase avançada, portanto, seria, penso eu, muito mais honesto apresentar-se aqui aos Membros da Assembleia, o trabalho que já foi feito e aquilo que ainda se pretende que seja feito. Não pretendo dizer mais nada. Muito obrigado." -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira e explicou que o método seguido pelo que lhe foi explicado, tanto pela entidade responsável pelo plano estratégico, quanto pela assessoria, era que não se pretendia uma contribuição partidária, mas sim individual, não descurando que cada um teria uma visão política. Ou seja, o pretendido era ouvir os cidadãos no geral, respeitando a individualidade de cada e que nessa individualidade estaria a opção política e, por esse motivo o Senhor Presidente da Assembleia disse não ter reunido previamente com os grupos partidários. De seguida, o Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal caso quisesse dar algum esclarecimento. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, explicou que, aquele pretendia ser um documento mais técnico do que político, elaborado pela entidade contratada pelo Município para os apoiar em todo o processo, não havendo um "sectarismo executivo", ou seja, que não era um documento do Executivo. Só depois de estar finalizado é que irá ser apresentado ao Executivo e posteriormente à Assembleia Municipal. Disse ainda que aquela sessão servia para recolher contributos e que achavam por bem ter uma sessão específica para aqueles que tinham sido eleitos para representar, lamentando que a Senhora Deputada achasse que não se devia manifestar sobre o tema nesta Assembleia. -----



-----A Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira solicitou a palavra, tendo-lhe sido concedida e esclareceu que, o que falou foi que era para cada um, a título pessoal, dar o seu contributo, nesse sentido, cada um deles já o pôde fazer através dos métodos e meios existentes ao dispor de cada alvaiazerense, não se estando a alhear de dar o seu contributo, reforçando que o tem feito naquela Assembleia desde o primeiro dia. -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção da Senhora Deputada Ana Paula Alves Ferreira e concedeu a palavra ao Senhor Deputado Armindo Miguel Conceição Gonçalves. -----

-----O Senhor Deputado Armindo Miguel Conceição Gonçalves começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia, o Senhor Presidente da Câmara, os membros do Executivo, os Senhores Deputados, munícipes e demais presentes. No uso da palavra, o Senhor Deputado disse ter feito um trabalho de reflexão sobre aquilo que pretendia que fosse Alvaiázere em 2035: *"Dizer que eu, por opção pessoal, ainda não saí de Alvaiázere, continuo em Alvaiázere e, portanto, em 2035 pretendo cá estar na mesma. A única coisa que eu pretendo é que tenhamos um território melhor, mais competitivo e mais inovador. E só com inovação e competitividade é que o território subsistirá. E quando eu digo inovação, digo que a receita que foi tida para outros municípios não vale a pena replicá-la. Não quero que interpretem isto à letra, mas uma zona industrial como nós temos em Ansião, não resolverá o problema da Alvaiázere por 2 razões: a primeira é que a deles já está implementada e, portanto, está um passo à frente da nossa; a segunda porque neste momento mais do que uma zona industrial para produtos, temos que ter um polo de atração que passe por novas tecnologias, pela modernização digital, pela competitividade, pela globalização e, portanto, precisamos é de ter um polo de atração semelhante a um data center ou algo semelhante. Depois, parece-me que outro polo de atração de pessoas (porque só alavancados pelo emprego é que podemos fixar pessoas) que além disto temos que conseguir atrair turistas sazonais. Para isso precisamos de conseguir aproveitar aquilo que são as novas tendências turísticas. Nós não nos podemos esquecer que temos aldeias, neste momento desertificadas, que com investimento estratégico podem ser tornadas em novos polos turísticos, com um conjunto de ofertas e serviços associados, capazes de captar novo investimento e agregar valor ao território. Claro que partilho de outras preocupações como sejam as acessibilidades, quer a nível da sede do distrito, quer, obviamente com o resto do país. Mas preocupa-me também que, trabalhando fora, eu, se quiser ir a Coimbra, tenha que me deslocar apenas por carro próprio, assim como se quiser ir a Leiria, o mesmo acontece. E porque não pensar uma oferta de transportes públicos exequível e sustentável? Também me preocupa outra coisa, que já foi debatido há algum tempo aqui, e para mim é estratégico e se bem se recordam, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi criticado por votar de forma diferente, são interpretações diferentes da realidade, valem o que valem, mas para mim, a integração de cuidados é um pilar daquilo que tem que ser a oferta de saúde do concelho, do distrito e do país. E, portanto, a integração numa ULS é fundamental. Quer ela seja a de Leiria ou quer seja outra qualquer. Só com uma integração de cuidados, (e ela está muito em voga) é que um Concelho e um território*

evolui e tem boas condições de salubridade. Depois um tema que já foi aqui debatido: a habitação, o problema da habitação. E também a modernização administrativa. Obviamente que a modernização administrativa é fulcral: não podemos ser competitivos se nos resumirmos àquilo que é a burocracia. E, portanto, acho que, de modo breve, são estes os pontos que para mim são fundamentais para que Alvaiázere se possa constituir como um polo de atratividade, que seja dotado de infraestruturas e acessibilidades, e que também consiga divulgar e potenciar aquilo que é a sua economia e o seu património". -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Armindo Miguel Conceição Gonçalves, e perguntou se mais algum Deputado pretendia intervir. Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa deu também o seu contributo como Deputado da Assembleia Municipal. Para o efeito leu o seguinte documento: "Estratégias para o desenvolvimento de Alvaiázere. Defendo duas grandes vias de prioridade para uma estratégia deste tipo: a fixação da população e a criação de emprego. Medidas de estímulo à fixação da população e ao desenvolvimento: criação de emprego. Considerandos prévios: localização do Concelho (aquilo que eu acho que é importante), ligação do Concelho equidistante entre Porto-Lisboa, relativamente bem servido de acessos rodoviários, perto de linhas de ferrovia importantes, perto de eixos rodoviários de ligação a Espanha e, por consequência, à Europa. Potencialidades do território já detetadas: património variado, edificado e imaterial, estruturas na área da cultura com boas aptidões (Museu Municipal, Casa da Cultura e Biblioteca Municipal), no setor desportivo (Estádio com condições de assumir eventos desportivos com relevância, uma pista para provas de atletismo, instalações do melhor existente na região). Aproveitamento da Serra de Alvaiázere para desportos radicais. No setor social: várias instituições (IPSS) com excelentes instalações, histórico de bons serviços com possibilidade de expandir a oferta e aumentar o contributo da economia social para o resto do tecido económico concelhio. Área ambiental, importante, floresta de grande potencialidade que necessita de urgente organização e gestão de recursos; controle das áreas florestais de modo a minimizar os riscos dos incêndios florestais (estes sim um grande inimigo da fixação das populações também e, sobretudo, do turismo rural e agrícola). A existência de cursos de água com interesse e que devem ter aproveitamento urgente: o caso da Ribeira de Alge em Maçãs de Dona Maria capaz de potenciar projetos para o turismo, atraindo gente ao concelho - projeto concretização urgente. As potencialidades do território no setor agrícola: olival, chicharo, viticultura, frutas e leguminosas e as culturas em estufa mais recentes; a possibilidade de um cultivo amigo do ambiente e com recurso à produção em modo biológico - urgente o apoio direto aos produtores. Outras atividades subsidiárias da agricultura: apicultura, o aproveitamento dos baldios com a criação de rebanhos com intervenção dinâmica das autarquias locais e de jovens agricultores que quisessem fixar no território. O aproveitamento do nosso território com Serras de fácil acesso para maior implementação dos parques eólicos: energia renovável que tão fundamental é para o país atingir as metas, que tem que atingir até 2050, e para contribuir também para a própria Europa. Nós aqui na região, não sei se repararam na nossa folha de consumo elétrico há muitos meses, em



que a maioria da energia que consumimos é eólica e, portanto, (mas temos outras serras com possibilidade também de ter energia eólica) é uma aposta estrutural muito forte. Organização do território em áreas de valorização dos espaços verdes selvagens, como a flora da Serra de Alvaiázere, especificidades das Serras de Nexebra, de Santa Helena e de São Neutel. Na indústria: aproveitamento e dinamização do novo parque empresarial do Rego da Murta e outras iniciativas também ligadas à área industrial, com parques mais modernizados, em que sobretudo empresas ligadas às novas tecnologias tivessem e fossem prioritárias. Algumas das empresas que estão no parque industrial do Rego da Murta não estariam lá, se fosse eu que mandasse. Colocar Alvaiázere no centro de eventos que atraem os jovens como festivais de música, turismo de montanha, torneios desportivos, passeios de ciclocrosse e de motards, aproveitando a experiência recente nesta área (nesta área, na área dos passeios de motards, tem havido uma experiência positiva em Mações Dona Maria, que se tem estendido e que se pode estender ao resto do Concelho). É uma potencialidade também que não podemos perder, os jovens gostam deste tipo de atividades, são atraídos por este tipo de atividade e nós temos que ter alguma coisa também para eles, sobretudo para eles. Fundamental a articulação entre a administração central, as comunidades intermunicipais e autarquia local: importante o estabelecimento de parcerias ativas para o desenvolvimento entre o município e as associações e até ao setor privado, empresas que criam postos de trabalho e apostam na riqueza e diversidade local e, portanto, uma legislação que seja amiga destas ditas parcerias, permitindo ao município estar no apoio direto ao emprego, ao empreendedorismo e à manutenção das atividades que vão mantendo o Concelho ativo. Porque também aqui a legislação, sobretudo a legislação nacional aplicada ao desenvolvimento económico, às parcerias, é uma situação burocratizada, nós somos um país muito burocratizado, e isso é um problema que é preciso ter atenção: desburocratizar. Isso significa colocar o munícipe dentro do orçamento municipal. Toda a despesa a fazer nas acessibilidades, que são prioritárias, no apoio a iniciativas locais de produção, dinamização e marketing concelhio, na melhoria de serviços de apoio à população, como saúde, ensino, cultura, área social, no acesso à melhor rede de telecomunicações, redes elétricas, água, saneamento. Não são despesas! Devem ser vistos como investimento. Estratégias a curto e médio prazo: qualificação e valorização das infraestruturas existentes e do património cultural e natural; segundo, iniciativas que visem a fixação da população e, principalmente, a mais jovem; terceiro, apoio mais alargado aos casais que pretendem ter filhos e também na habitação própria, na habitação para viverem com facilidade de terem terrenos acessíveis, a preços controlados, e algumas facilidades nas questões dos licenciamentos; quarto, iniciativas públicas ou privadas de apoio à captação de turistas/visitantes; quinto, divulgação das potencialidades turísticas a nível local, regional e nacional, forte empenho no turismo de passagem, como os caminhos de Santiago e o caravanismo, com maior divulgação e utilização do parque campismo. Aproveitar o parque de campismo para fazer dele o centro de apoio ao caravanismo a nível nacional (há muita gente hoje que faz turismo em caravanas em motorhome, chamados motorhomes, essa gente precisa de apoios em determinados locais), Alvaiázere é um sítio bom para isso e tem logo ali uma serra

ao lado, um sítio fantástico para poder ir gozar da paisagem, para poderem usufruir do ambiente, visitando a Serra da Alvaiázere. Tudo o resto que existe em Alvaiázere, devidamente promovido, devidamente potenciado. Estamos a falar em 2035, mas o projeto/o trajeto tem que começar já! Como a Ribeira d'Alge, como praia, uma praia naquela zona, com o aproveitamento de algum tipo de ligação, tipo passadiços naquela zona também que é possível de fazer, portanto, tudo isto tem que ser interligado. Melhoria das competências da população local: apoio a curso de formação e capacitação de empregados a nível das IPSS, do mercado de trabalho na área da floresta, da construção civil, da restauração e bares e todos aqueles que são o frontline do contato com quem nos visita, esta é uma falha que também temos no Concelho, tem que ser, para o futuro, tido em consideração. Temos que liderar este processo de formação permanente de pessoas para estas áreas, porque é difícil neste momento recrutar, mas muito mais difícil recrutar com alguma formação. As pessoas não tendo formação falham e quando falham têm sempre a desculpa: eu não fui formada nesta área. Sétimo, apoio à regeneração urbana das sedes de freguesia, incluindo o comércio local, os mercados locais e todos os espaços públicos são pontos de passagem e de estadia para os alvaiazerenses e visitantes. Oitavo, participar em feiras e mostras nacionais com objetivo de divulgar e mostrar o que por cá existe e que merece ser consumido. Nono, todos os responsáveis políticos devem ser ativos perante os poderes públicos e privados de nível nacional para assegurar tratamento digno e justo à nossa população na melhoria do acesso aos serviços indispensáveis a uma vida digna e uma vida melhor, quer seja na saúde, quer seja no acesso às telecomunicações, quer seja nas acessibilidades, quer seja na prevenção do risco de incêndios, no conforto social, etc. Todos nós somos políticos, por isso estamos num órgão político, temos a obrigação de sermos ativos nesta atitude em relação a esta postura. Eu procuro ser. Há 20 e tal anos que venho dizendo muito daquilo que agora aqui disse. Este é apenas um pequeno contributo, meu pessoal, para esta discussão, muito obrigado."-----

-----De seguida, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se mais alguém pretendia usar da palavra neste ponto. Não tendo havido inscrições concedeu a palavra ao Professor Custódio de Oliveira para encerrar o tema. -----

-----O Senhor Professor Custódio de Oliveira, no uso da palavra, agradeceu o que foi apresentado dizendo que todas as sugestões iriam ser respeitadas e transcritas para a Agenda Estratégica, inclusive o que dizia respeito ao programa eleitoral. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença do Senhor Professor Custódio de Oliveira e passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal caso pretendesse dizer alguma coisa. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, agradeceu os contributos de todos referindo que eram muito válidos e enriquecedores. -----

-----No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa agradeceu ainda, a partilha de ideias dos vários quadrantes políticos, considerando serem bem estruturadas, coerentes e algumas até coincidentes. Passou-se ao ponto seguinte. -----



Ponto 2 - Relatório semestral do ROC – relatório sobre a situação económica e financeira semestral da Câmara Municipal de Alvaiázere por parte do Auditor Externo – 2023. -----

-----Foi presente, na sessão da Assembleia Municipal, o Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2023, do Município de Alvaiázere, previamente remetido aos Senhores Deputados. Questionou o Senhor Presidente da Mesa se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra, não tendo havido qualquer intervenção. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, ao abrigo do disposto da alínea d) do número 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua atual redação, do Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2023 do Município de Alvaiázere. -----

-----O Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sobre a informação financeira do 1.º semestre de 2023, do Município de Alvaiázere, dá-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcrito na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar devidamente rubricado pelos membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

Ponto 3 - Fixação da taxa do imposto sobre imóveis (IMI) – 2024 -----

-----O Ponto n.º 3 “Fixação da taxa do imposto sobre imóveis (IMI) – 2024” foi adiado, pelo que será objeto de análise e decisão na próxima Sessão Ordinária de novembro/dezembro. -----

Ponto 4 - Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP) – ano de 2024 -----

-----O Senhor Presidente da Mesa apresentou o ponto, o qual integra a informação n.º 11857 do Senhor Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Guerreiro, previamente remetida aos Senhores Deputados. A Lei das Comunicações Eletrónicas, na sua atual redação, estabelece a possibilidade de dar origem a uma Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) que é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes de serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para os clientes finais na área do correspondente Município. Os responsáveis pelo pagamento da TMDP são as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo. Este percentual é aprovado anualmente por cada município, até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência, e não pode ultrapassar os 0,25%. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra, não tendo havido qualquer intervenção. Prosseguiu, colocando o ponto à votação. -----

Após análise da documentação a Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou por maioria, com 4 abstenções do Partido Socialista – Senhores Deputados Ana Paula Alves Ferreira, Fernanda Freire Simões Alves, José de Freitas Simões e Armindo Miguel Conceição Gonçalves -: -----

Aprovar a não fixação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2024, de acordo com o previsto no número 2 do artigo 7.º do Regulamento Geral de Taxas Municipais em vigor no Município de Alvaiázere. -----

-----A informação n.º 11857 do Senhor Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Guerreiro, dá-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcrita na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar devidamente rubricado pelos membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tornando-se assim desde logo eficaz. -----

Ponto 5 - Participação Variável no IRS – ano de 2024 -----

-----O Senhor Presidente da Mesa apresentou o ponto, o qual é constituído pela informação n.º 11856 do Senhor Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Guerreiro, previamente remetido aos Senhores Deputados. O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua atual redação, estabelece que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS. A participação depende de deliberação ou de comunicação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra, não tendo havido qualquer intervenção. Prosseguiu, colocando o ponto à votação. -----

Após análise da documentação a Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou por maioria, com uma abstenção do Partido Vamos Alvaiázere – Senhora Deputada Maria de Fátima Silva Lopes da Conceição – e 5 votos contra do Partido Socialista - Senhores Deputados Ana Paula Alves Ferreira, Fernanda Freire Simões Alves, José de Freitas Simões, Alberto Gonçalves e Armindo Miguel Conceição Gonçalves: -----

1. Aprovar, nos termos do número 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, conjugado com a alínea c) do número 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a fixação da taxa de 2.5% como participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Alvaiázere, a incidir sobre os rendimentos de 2024; -----

2. Nos termos do número 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, mandar comunicar, por via eletrónica, à Autoridade Tributária, até 31 de dezembro do corrente ano, a percentagem fixada. -----



-----A informação n.º 11856 do Senhor Presidente da Câmara Municipal, João Paulo Guerreiro, dá-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcrita na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar devidamente rubricado pelos membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tornando-se assim desde logo eficaz.-----

Ponto 6 - Pedido de apoio no âmbito do Regulamento de Apoio às Freguesias – III Festa da Maçã -----

-----O Senhor Presidente da Mesa apresentou o ponto, o qual é constituído pela informação n.º 11840, de 16/10/2023, subscrita pelo Adjunto do Gabinete de Apoio à Presidência, Rodrigo de Carvalho Joaquim, cujo respetivo enquadramento técnico e jurídico foi por si verificado, e o respetivo o Pedido de Apoio financeiro para realização da III Festa da Maçã, solicitado pela Junta de Freguesia de Maçãs de Dona Maria, previamente remetidos aos Senhores Deputados. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra, não tendo havido qualquer intervenção. Prosseguiu, colocando o ponto à votação.-----

-----Após análise da documentação a Assembleia Municipal, nos termos do número 2 do artigo 6.º, da alínea c) do número 1 do artigo 8.º e do número 1 do artigo 12.º, todos do Regulamento Municipal de Apoio às Freguesias, publicado pelo Aviso n.º 8239/2014, na 2.ª série do Diário da República n.º 134, de 15 de julho, conjugados com a alínea j) do número 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, deliberou por unanimidade: Aprovar o apoio no valor de 3.000,00€ (três mil euros) para realização da III Festa da Maçã;----

-----A informação n.º 11840 do adjunto do Gabinete de Apoio à presidência, e o respetivo Pedido de Apoio financeiro para realização da III Festa da Maçã, solicitado pela Junta de Freguesia de Maçãs de Dona Maria, dão-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcritos na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma um exemplar devidamente rubricado pelos membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tornando-se assim desde logo eficaz.-----

Ponto 7 - Terceira alteração orçamental modificativa – 2023 -----

-----O Senhor Presidente da Mesa apresentou o ponto, o qual é constituído pelos documentos inerentes à Terceira Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 2023, onde consta a informação n.º 11940, subscrita pela técnica superior Sílvia Catarina da Silva Mendes, e o despacho n.º 11897, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, a partir do qual foi executada a terceira alteração orçamental modificativa ao orçamento para o corrente ano de 2023, com reflexos ao nível de receita e da despesa. A presente alteração tem por fundamento a necessidade de criar algumas GOP's e de se proceder ao reforço de outras, de acordo com os processos administrativos existentes e o despacho já mencionado. -----

-----O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum Senhor Deputado pretendia usar da palavra, não tendo havido qualquer intervenção. Prosseguiu, colocando o ponto à votação.-----
Após análise da documentação a Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da alínea c) do número 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação, e o artigo 20.º das Normas de Execução do Orçamento Municipal para o corrente ano de 2023 deliberou por maioria, com 6 abstenções, cinco do Partido Socialista – Senhores Deputados Ana Paula Alves Ferreira, Fernanda Freire Simões Alves, José de Freitas Simões, Alberto Gonçalves e Armindo Miguel Conceição Gonçalves -, e uma do Partido Vamos Alvaiázere - Senhora Deputada Maria de Fátima Silva Lopes da Conceição:-----

1. Aprovar a Terceira Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 2023 - a qual contempla uma redução no valor da receita e da despesa de 946.945,00€ (novecentos e quarenta e seis mil, novecentos e quarenta e cinco euros) e a plurianualidade da mesma, nos termos da alínea a) do número 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, da alínea c) do número 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua atual redação. -----

-----Os documentos inerentes à Terceira Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano – 2023, a informação n.º 11940, subscrita pela técnica superior Sílvia Catarina da Silva Mendes, e o despacho n.º 11897, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, dão-se, para todos os devidos e legais efeitos, por transcritos na presente ata, dela fazendo parte integrante, ficando em anexo à mesma devidamente rubricados pelos membros da Mesa desta Assembleia Municipal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta, nos termos dos números 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, tornando-se assim desde logo eficaz.-----

APROVAÇÃO EM MINUTA: - De acordo com o número 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, para efeitos imediatos, a presente ata. -----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão da Assembleia Municipal, às dezanove horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa,

(Carlos Manuel Rosa da Graça)



A Primeira Secretária,



(Sandrina Marques Pais Pedrosa)

O Segundo Secretário,



(António Simões Ribeiro)